



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ana Karolina Botelho

**A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS
CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL:
análises de teses e dissertações no período de 2005 a 2015**

Florianópolis

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ana Karolina Botelho

**A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS
CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL:
Análises de teses e dissertações no período de 2005 a 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Centro de Ciências da Educação no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.
Orientadora: Luciane Maria Schlindwein
Coorientadora: Joselma Salazar de Castro

Florianópolis

2016

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Luciane Maria Schlindwein,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Msc. Joselma Salazar de Castro,
Coorientadora
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof.^a Dr.^a. Rosinete Valdeci Schmitt
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof.^a Dr.^a. Ilana Laterman
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Msc. Patricia Peruzzo
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que nunca poupou esforços para me ajudar, que a todo o momento me incentivou nesta caminhada acadêmica. Em especial ao meu pai, que mesmo com todos os desafios que a vida lhe impôs, me criou e acreditando nas minhas potencialidades, esteve comigo presente e participativo em todas as etapas da minha vida.

À Instituição de Educação Infantil CEI Flor do Campus, que fez toda a diferença na minha formação, possibilitou-me viver e experimentar a relação entre a teoria e a prática. Por me oportunizar a experiência na Educação Infantil e fazer despertar em mim o interesse de investigar o tema a ser tratado neste trabalho de conclusão de curso.

À minha orientadora Luciane, que primeiramente, ministrou umas das disciplinas de Educação Infância e que me possibilitou os conhecimentos acerca da importância da brincadeira na infância. Depois, orientou-me no Estágio nos Anos Iniciais, contribuindo com sua experiência e sabedoria a respeito de práticas educativas significativas para as crianças. E por fim, para me tranquilizar no momento de busca por um orientador, indicando sua orientanda Joselma Salazar de Castro como Coorientadora deste trabalho.

À minha coorientadora Joselma, que, com toda sua experiência, conhecimento e sabedoria a respeito da primeira infância, me deu indicativos, me orientou e me incentivou a buscar novos conhecimentos para a realização desta pesquisa. Jô, obrigada por aceitar o convite em coorientar este trabalho, pela disponibilidade, comprometimento e dedicação.

Ao meu companheiro Nariel, que há nove anos me faz sentir completa e que nunca deixou de me ajudar. Obrigada por estar comigo em mais uma etapa a ser concluída na minha vida, me incentivando e fazendo com que eu não desistisse em nenhum momento.

A vocês, meu muito obrigada.

*Na convivência, o tempo não importa.
Se for um minuto, uma hora, uma vida.
O que importa é o que ficou deste minuto,
desta hora, desta vida...
Lembra que o que importa
... é tudo que semeares colherás.
Por isso, marca a tua passagem,
deixa algo de ti,...
do teu minuto,
da tua hora,
do teu dia,
da tua vida.*

Mario Quintana

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a inserção das crianças de zero a três anos na instituição de Educação Infantil. O objetivo central foi analisar em dissertações, teses e artigos o que estas pesquisas apresentam sobre a participação das famílias durante o processo de inserção. Caracteriza-se como uma pesquisa documental pautada em estudos bibliográficos disponíveis no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho 7 (GT) no período de 2005 a 2015. Tratarei na primeira seção, acerca do conceito de participação como um processo democrático para as famílias e para as crianças durante o processo de inserção. Na segunda seção apresentarei os termos utilizados para denominar o ingresso da criança na instituição e o que revelam alguns documentos no âmbito nacional e local (neste caso, o do município de Florianópolis), acerca deste processo. E por fim, apresentarei a análise das pesquisas mapeadas nas plataformas da BDTD e ANPED. Busquei por meio de bibliografias, realizar uma interlocução com os autores que discutem sobre a temática abordada neste trabalho.

Palavras-chave: Crianças de zero a três anos. Inserção. Participação das famílias.

ABSTRACT

This work of course completion has as its theme the insertion of children from zero to three years in the institution of Early Childhood Education. The main objective was to analyze in dissertations, theses and articles what these surveys present about the participation of families during the insertion process. It is characterized as a documental research based on bibliographic studies available on the website of the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and on the platform of the National Association of Postgraduate and Research in Education (ANPED), in Working Group 7 In the period from 2005 to 2015. I will deal in the first section with the concept of participation as a democratic process for families and children during the insertion process. In the second section I will present the terms used to name the child's admission to the institution and what some documents reveal at the national and local levels (in this case, the municipality of Florianópolis) about this process. And finally, I will present the analysis of the surveys mapped on the BDTD and ANPED platforms. I searched through bibliographies, to hold an interlocution with the authors that discuss about the topic addressed in this work.

Keywords: zero children to three years. Insertion. Participation of families.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos mapeados por ano, instituição, título, autor (a), orientador (a) e tipo, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Tabela 2 – Trabalhos mapeados a partir do título, autor (a) e Universidade, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
EDUCAÇÃO

BDTD – BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

DCNEI – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO
INFANTIL

GT – Grupo de Trabalho

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral:.....	14
1.1.2	Objetivos Específicos:	14
2	METODOLOGIA	15
3	O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO DEMOCRÁTICO PARA AS FAMÍLIAS E PARA AS CRIANÇAS	20
4	INSERÇÃO ADAPTAÇÃO E ACOLHIMENTO	24
5	BALANÇO DA PRODUÇÃO ENTRE 2005 E 2015: APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA.....	29
5.1	A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS: O QUE REVELA A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA?.....	32
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS.....	39

1 Introdução

Na condição de estudante de Pedagogia tive a oportunidade de realizar a experiência como estagiária em uma instituição de Educação Infantil, atuando com crianças de zero a três anos de idade. Inicialmente minha experiência foi, especificamente, com crianças de zero a dezoito meses, durante o período de dois anos. Posteriormente atuei com crianças de 18 a 36 meses. Foi a partir daí que comecei a me mobilizar no sentido de pesquisar sobre o período de inserção das crianças de zero a três anos.

Algumas questões que norteiam este estudo se baseiam nas incertezas e inquietações que me provocaram no momento em que estava atuando na instituição. Questões como a ansiedade e insegurança das famílias que deixavam suas crianças naquele espaço, despertaram-me o interesse de buscar compreender mais a fundo a temática. Pretendia entender o que as teorias, documentos e pesquisas revelam sobre este momento delicado e sensível para todas as partes, família, criança e profissionais.

No período em que atuei na instituição de Educação Infantil, o termo utilizado pelas profissionais para denominar o ingresso das crianças na instituição, denominava-se como adaptação. Foi na sétima fase, na disciplina do estágio supervisionado em Educação Infantil que o termo inserção apareceu pela primeira vez. Nós, do curso de Pedagogia estamos vivenciando um calendário excepcional devido à greve dos estudantes do curso no ano de 2015. Portanto, a disciplina do estágio supervisionado em Educação Infantil, que era pra ter acontecido em 2015.II, foi reorganizada para o semestre 2016.I. Assim que o ano iniciou, depois do período de aprofundamento nas teorias que embasam o estágio, ressalto que uma das discussões mais enfatizadas foi o tema da inserção, por se tratar de um estágio que teria esta característica. Entramos na instituição logo em que o ano letivo começou, para então realizarmos o exercício de observação e, após, o exercício da docência na Educação Infantil. Saliento para o fato de que não era somente nós do estágio que estávamos em período de inserção na instituição, mas sim, todas as profissionais, famílias, e, principalmente, as crianças.

Utilizamos como suporte teórico o documento local do município de Florianópolis, intitulado como Orientações para o período de Inserção das crianças na Educação Infantil. O documento defende o termo inserção pois o:

Termo *inserção* se justifica pelo entendimento de que integrar-se num grupo pressupõe tornar-se parte dele, incluir-se, sendo que a criança não apenas se acomoda, mas integra-se ativamente, interfere na sua composição. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 02).

Foi a partir destas questões anunciadas que me fizeram consolidar o desejo em aprofundar teoricamente a respeito da temática a ser abordada neste trabalho.

No primeiro capítulo que tratarei sobre o conceito de participação, optei por discutir sobre o conceito de participação de modo geral, para isso, ancorei-me nos autores Simoes¹ e Simoes² (2015). Segundo esses autores, a participação se concretiza “quando permite que os sujeitos façam parte das decisões que lhes dizem respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos”. (Simões¹ e Simões², 2015, p. 01). No segundo momento do capítulo, apresentarei, de modo mais específico, o conceito de participação como um processo democrático para as crianças que participam deste processo. Nessa mesma linha de pensamento, Agostinho (2014), defende que a participação das crianças é “um processo que envolve interação, expressão de ideias, pensamento, opiniões, sentimentos, escolhas, negociações; enfim, é praticada na relação social”. (Agostinho, 2014, p. 11). Ao final do primeiro capítulo abordarei a participação das famílias e a sua importância neste processo.

No segundo capítulo, realizei um mapeamento documental para analisar como são abordadas as denominações para o ingresso das crianças nas instituições de educação infantil. Os documentos analisados são: 1) *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 2010); 2) *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006); 3) *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (BRASIL, 2010); 4) *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998); 5) *Orientações para o período de inserção na*

Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2011).

Considero que as indicações presentes nos documentos citados acima devem orientar as ações pedagógicas dos profissionais no momento de ingresso das crianças na instituição de Educação Infantil. É a partir destes indicativos que podemos fazer deste processo, um momento rico de aprendizado e de qualidade.

A partir destas questões fui motivada a realizar um levantamento de pesquisas que problematizam a participação das famílias no processo de inserção das crianças de zero a três anos na instituição de educação infantil. Apresentarei, no terceiro capítulo, a análise realizada das pesquisas mapeadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Esta pesquisa compreende um recorte temporal entre 2005 a 2015.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral:

- Investigar em dissertações e teses a abordagem sobre a participação das famílias no processo de inserção das crianças de zero a três anos na instituição de Educação Infantil.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Mapear artigos, teses e dissertações realizadas entre 2005 e 2015 acerca da inserção das crianças de zero a três anos;
- Identificar e analisar nas teses e dissertações selecionadas, a participação das famílias no processo de inserção das crianças de zero a três anos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que atribui um caráter de indissociabilidade entre o fenômeno objetivo e a subjetividade do sujeito. Como explica André:

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Buscando identificar e refletir sobre a relação que as famílias têm durante o processo de inserção dos bebês na instituição de Educação Infantil, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) que segundo Sá-Silva, Almeida, Guindani(2009) se distinguem porque

[...] a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 06)

A opção para este estudo foi de realizar um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no GT 7. Buscou-se pesquisas relacionadas à participação das famílias no processo de inserção dos bebês e crianças bem pequenas na Instituição de Educação Infantil, no período entre 2005 e 2015.

Primeiramente, para realizar o mapeamento dos trabalhos da BDTD foram utilizados quatro conjunto de descritores: (Crianças de 0 a 6 anos, inserção, Educação Infantil e família), (creche, inserção e crianças de 0 a 6 anos), (creche e inserção), (creche inserção e família). Optou-se pela busca destes conjuntos de descritores nos títulos e resumos das teses e dissertações. Ao todo, foram encontradas 67 pesquisas no recorte temporal de dez anos. Dentre os 67 resumos analisados, 13 possuíam relação com a participação das famílias no processo de inserção dos bebês, e 54 não possuem relação. Os

resultados da busca na BDTD estão agrupados na tabela I. Já na tabela II, estão os trabalhos mapeados a partir da análise dos títulos e resumos na plataforma de pesquisa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Tabela 1- Trabalhos mapeados por conjunto de descritores (BDTD).

Palavras chaves	Título	Autor (a)	Universidade	Ano	Tese ou Dissertação
- Crianças de 0 a 6 anos; - Inserção; - Educação Infantil; - Família.	-		-	-	-
- Creche; - Inserção; - Crianças de 0 a 6 anos.	Da família à creche: Narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês.	Marina Ribeiro da Cunha Fernandes	UNB	2015	Dissertação
- Creche; - Inserção.	- Inserção na creche e relações sociais: Estudo de caso de um bebê recém-chegado - A inserção de bebês na creche e a separação como operador simbólico - Infância, família e creche: um estudo dos significados atribuídos por pais e educadoras de uma instituição filantrópica - Família e educadores da infância: um diálogo possível - Educação infantil e família: A complementariedade na perspectiva das famílias de baixa renda - Relações entre os fatores individuais e ambientais familiares no desenvolvimento motor e cognitivo de bebês: um estudo longitudinal	- Rúbia Eneida Holz Jacques - Andréa Aparecida Oliveira de Souza - Denise Silva Araújo - Flavia M ^a Cabral de Almeida - Eloisa Helena Teixeira Fortkamp - Keila Ruttning Guidony Pereira	- UFSC - USP - UFG - UERJ - UFSC - UFRGS	- 2014 - 2014 - 2006 - 2013 - 2008 - 2013	- Dissertação - Dissertação - Tese - Tese - Dissertação - Dissertação

<ul style="list-style-type: none"> - Creche; - Inserção; - Família. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção na creche e relações sociais: Estudo de caso de um bebê recém-chegado 	<ul style="list-style-type: none"> - Rúbia Eneida Holz Jacques 	<ul style="list-style-type: none"> - UFSC 	<ul style="list-style-type: none"> - 2014 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissertação
	<ul style="list-style-type: none"> - Da família à creche: Narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês 	<ul style="list-style-type: none"> - Marina Ribeiro da Cunha Fernandes 	<ul style="list-style-type: none"> - UNB 	<ul style="list-style-type: none"> - 2015 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissertação
	<ul style="list-style-type: none"> - Infância, família e creche: um estudo dos significados atribuídos por pais e educadoras de uma instituição filantrópica 	<ul style="list-style-type: none"> - Denise Silva Araújo 	<ul style="list-style-type: none"> - UFG 	<ul style="list-style-type: none"> - 2006 	<ul style="list-style-type: none"> - Tese
	<ul style="list-style-type: none"> - Família e educadores da infância: um diálogo possível 	<ul style="list-style-type: none"> - Flavia M^a Cabral de Almeida 	<ul style="list-style-type: none"> - UERJ 	<ul style="list-style-type: none"> - 2013 	<ul style="list-style-type: none"> - Tese
	<ul style="list-style-type: none"> - Educação infantil e família: A complementariedade na perspectiva das famílias de baixa renda 	<ul style="list-style-type: none"> - Eloisa Helena Teixeira Fortkamp 	<ul style="list-style-type: none"> - UFSC 	<ul style="list-style-type: none"> - 2008 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissertação
	<ul style="list-style-type: none"> - Relações entre os fatores individuais e ambientais familiares no desenvolvimento motor e cognitivo de bebês: um estudo longitudinal 	<ul style="list-style-type: none"> - Keila Ruttning Guidony Pereira 	<ul style="list-style-type: none"> - UFRGS 	<ul style="list-style-type: none"> - 2013 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissertação

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Tabela 2 – Trabalhos mapeados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

ANO	Nº de pesquisas	Nº de pesquisas referente ao tema	Nº de pesquisas que não tem relação	Título	Autor (a)	Universidade
2005	0	0	0	-		-

2006	22	2	20	<p>- Crianças e Adultos na creche: Marcas de uma relação;</p> <p>- A educação das famílias como política educacional – Uma análise do programa família brasileira fortalecida.</p>	<p>- Altino José Martins Filho</p> <p>- Rosânia Campos e Roselane F. Campos</p>	<p>- UFSC</p> <p>-UFSC e UNOESC</p>
2007	18	2	16	<p>- A inserção de crianças na creche: Um estudo sobre a perspectiva dos pais;</p> <p>- Olhares, Gestos e falas nas relações de adultos e crianças no cotidiano de escolas de Educação Infantil.</p>	<p>- Eliana Bhering e Alessandra Sarkis</p> <p>- Patrícia Corsino e Núbia de Oliveira Santos</p>	<p>- UFRJ</p> <p>- UFRJ</p>
2008	0	0	0	-		-
2009	16	1	15	- Infância: Sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche.	- Denise Silva Araújo	- UCG
2010	17	1	16	- O foco das mães adia a expansão da Educação Infantil no Brasil.	Aristeo Gonçalves Leite Filho	- UERJ
2011	15	2	13	- Expectativas da famílias do meio rural em relação à	- Rosimari Koch Martins	- SED – SC

				educação pública para os filhos menores de quatro anos; - O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem.	- Leticia Veiga Casanova	- UNIVALI
2012	18	1	17	- A compreensão das relações de parentesco pelas crianças na brincadeira de faz de conta em contexto de educação.	Renata da Costa Maynard e Lenira Haddad	- UFAL
2013	12	1	11	- Inserção e vivências cotidianas: como crianças pequenas experienciam sua entrada na Educação Infantil?	- Lucilaine Maria da Silva Reis	- UFF
2014						
2015	29	1	28	- Entre estar na casa e estar em casa: modos de ser criança em um contexto de acolhimento institucional.	- Roseli Nazario	- UFSC

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

3 O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO DEMOCRÁTICO PARA AS FAMÍLIAS E PARA AS CRIANÇAS

Primeiramente, ressalta-se que o conceito de participação é amplamente diversificado devido aos vários sentidos e significados que a ele podem ser atribuídos. Segundo Simoes¹ e Simoes² (2015, p. 02), o conceito de participação possui “distintas nomenclaturas, tais como inclusão social, participação de cidadãos, participação popular, participação democrática e participação comunitária”. Salienta-se que estas nomenclaturas referem-se à participação social no processo de construção de políticas públicas.

A efetivação do conceito de participação permite que os sujeitos façam parte das decisões que lhes interessam, tanto nos aspectos econômicos, políticos, sociais ou culturais.

De acordo com Simoes¹ e Simoes² (2015), participar efetivamente é ter poder de exercer papel ativo nos processos. Muito se fala em garantir uma participação efetiva aos indivíduos, mas na prática isto não ocorre de fato. Os autores pontuam que houve mudança significativa a partir da Constituição Federal de 1988. Isto possibilitou maior atuação da sociedade civil na construção e acompanhamento das políticas públicas, desconsiderando o caráter consultivo para o deliberativo. Simões¹ e Simoes² (2015, p.10), chamam atenção para estes dois distintos significados atribuídos ao conceito de participação. Para os autores: “o viés deliberativo da participação possibilita a qualificação da inclusão do cidadão nos processos de decisão, construção e execução das políticas públicas”. Já o viés consultivo se contrapõe ao modelo deliberativo defendido pelos autores.

Discutir sobre o conceito de participação é fundamental em qualquer contexto social, no qual, estamos inseridos, principalmente quando referimo-nos ao processo de transição, do bebê ou da criança, do ambiente familiar para o institucional.

Discutir sobre este conceito referindo-se ao contexto social – instituição de Educação Infantil - torna-se fundamental. É necessário considerar que crianças, profissionais e famílias vivenciam e participam deste momento

delicado e sensível para todos – a inserção das crianças na instituição educativa. Essa discussão se faz necessária devido à importância da participação das famílias neste momento de transição de seus bebês. Entendemos ser importante proporcionar a elas um processo democrático pautado nas relações de confiança, em que ambas as partes estabelecem uma com a outra.

A necessidade de discutir o conceito de participação é, principalmente, enaltecida devido aos principais sujeitos participantes deste processo, as crianças. É importante que durante o processo de inserção das crianças na creche seja elaborada estratégias de acolhimento para elas. Estratégias que favoreçam às crianças a se sentirem confiantes com os novos adultos que vão passar a conviver com elas e com o novo espaço que estão se inserindo.

Quando se busca criar estratégias de acolhimento para possibilitar uma inserção tranquila para estas crianças, é necessário que as profissionais envolvidas busquem no conceito de participação elementos que possam contribuir neste processo. Portanto, identificar nas crianças expressões de suas vontades, opiniões, ideias, experiências e sentimentos que elas têm a dizer podem contribuir para a construção do espaço público democrático na Educação Infantil. Para Agostinho:

A possibilidade de se expressar e de ser ouvido desempenha um papel crucial para as crianças. A proposta, nesse sentido, é o estabelecimento do diálogo, o qual requer sensibilidade, astúcia, perspicácia e conhecimento para que sejam travados e entendidos os diversos canais de comunicação, com atenção ao compartilhamento do poder, reconhecendo a interdependência que une crianças e adultos para a construção do bem comum, promovendo democracia e cidadania. (AGOSTINHO, 2014, p. 11-12).

Compreende-se que as crianças são sujeitos sociais e de direitos. Agostinho (2014) afirma que “a construção e consolidação do espaço público de educação democrático e justo necessita da participação das crianças pequenas” (p. 2). Assim a autora salienta que:

É necessário compreender a democracia como um fenômeno processual sendo criado pelos participantes, como algo vivido, corroborando, desse modo, a ideia de que a participação não é dada, mas, sim, um processo que envolve interação, expressão de ideias,

pensamento, opiniões, sentimentos, escolhas, negociações; enfim, é praticada na relação social. (AGOSTINHO, 2014, p. 10).

Deste modo, o profissional poderá pensar/repensar estratégias que conforte as crianças, além de as fazerem participantes da construção de um espaço democrático para elas. Agostinho (2014, p. 10), ressalta que “para o êxito do anúncio de um espaço educativo democrático é necessária a efetiva participação de todos os sujeitos da relação pedagógica: profissionais, familiares e crianças”.

Com relação à constituição de práticas pedagógicas que consolidem os direitos das crianças, Agostinho destaca que,

Ao exercitarem sua autonomia, expressarem seus pontos de vista e negociarem a estruturação de seus mundos de vida, as crianças visibilizam sua capacidade e interesse em participar. Esse é um importante princípio a ser considerado na execução das práticas pedagógicas. (AGOSTINHO, 2014, p. 12).

Por este ponto de vista, o interesse das crianças em participar ativamente é, segundo Agostinho (2014), “questão fundamental para o diálogo e para o confronto com a diferença, considerada como importante elemento constituidor desses espaços públicos de educação” (p. 13).

É importante ainda, que as ações das crianças sejam valorizadas, que sua presença e participação tenham sentido, para que construam seu sentimento de pertença ao contexto que estão se inserindo. Agostinho defende:

O reconhecimento delas como cidadãos ativos, forjando um olhar que se contrapõe ao entendimento das crianças como objetos passivos das políticas e práticas adultas e cuja cidadania é vista como um potencial e um estatuto a ser alcançado no futuro; defende, ainda, a participação e a contribuição das crianças para o fortalecimento da democracia. (AGOSTINHO, 2014, p. 13).

Portanto, entende-se, que é pela prática da participação que se constrói a democracia, na tentativa de assegurar os direitos que as crianças possuem. E em se tratando de crianças de zero a três anos, a participação das famílias no processo de inserimento é fundamental e pode tornar-se um canal de comunicação para que, por meio de seus familiares, as professoras e

profissionais possam saber mais da criança. Possam conhecê-la melhor e possam criar situações de acolhimento em que as crianças possam se expressar melhor e expor como estão percebendo e sentindo sua participação neste novo contexto.

Considera-se a participação das famílias, na creche, um fator determinante para o bem-estar e segurança das crianças, principalmente nos primeiros dias, sobretudo, no novo cotidiano. Para que esse entrelaçamento entre família e instituição seja de fato eficaz para o bem-estar da criança, faz-se necessário a construção de uma proximidade entre instituição (profissionais) e família. Tal proximidade pode oportunizar a participação delas em propostas mais significativas para as crianças.

A parceria das instituições com as famílias implica em um trabalho conjunto de abertura e escuta de ambas as partes, na perspectiva de serem parceiros e não antagonistas. Além disto,

[...] os envolvidos se sentem pertencentes, pois foram valorizados em suas ideias e convidados a refletir sobre seu trabalho, sua importância no conjunto do processo para que as ações aconteçam e para que os objetivos e metas sejam alcançados. (ROSA, 2015, p. 49).

De acordo com a autora mencionada, salienta-se que, em se tratando de redes públicas há uma diversidade cultural e social vasta, e que nem sempre é possível a efetiva participação das famílias devido às especificidades socioeconômicas de cada uma delas. A necessidade de trabalhar, por exemplo, o que ocasiona a impossibilidade de acompanhar seus filhos neste processo.

Desta forma, Rosa (2015) ressalta que a “escola democrática se faz nas ações do dia a dia que formam constantemente a unidade escolar, são nos pequenos atos que se concretiza uma concepção” (Rosa, 2015, p. 50). Portanto, considera-se o conceito de participação elemento determinante para a construção de um espaço coletivo e democrático, principalmente, para os envolvidos neste processo tão importante.

4 INSERÇÃO ADAPTAÇÃO E ACOLHIMENTO

Ao fazer um mapeamento documental para analisar como são abordadas as denominações para o ingresso das crianças nas instituições de Educação Infantil, verificou-se que são utilizados os termos inserção, adaptação e acolhimento.

Neste primeiro momento, optou-se por diferenciar esses termos. De acordo com o Dicionário (AURÉLIO, 2008, p. 93), adaptação significa “ato ou efeito de adaptar-se, processo que permite a um ser vivo tornar-se mais apto a sobreviver no ambiente em que vive”. Já o termo inserção “é o ato ou efeito de inserir-se, introduzir, incluir, pôr (num conjunto)” (AURÉLIO, 2008, p. 168). E ainda, o termo acolhimento é definido como “ato ou efeito de acolher, recepção, atenção, consideração”. (AURÉLIO, 2008, p. 90).

Percebe-se que a presença do termo adaptação ainda é usado em bibliografias que tratam sobre o tema. O termo adaptação é o mais utilizado para denominar o ingresso da criança na instituição de Educação Infantil, embora, a palavra inserção venha ganhando cada vez mais espaço no âmbito da educação infantil. (BRASIL, 2006; 2010; FLORIANÓPOLIS, 2011).

De modo geral, o termo adaptação remete à ideia de acomodação a um meio, e quando se trata do contexto da Educação Infantil, refere-se ao ajustamento a um padrão já estabelecido. Em contrapartida, o termo inserção significa inserir-se e introduzir-se em um grupo.

Compreendo que o termo inserção significa o ato de inserir, o que quer dizer, introduzir, incluir-se num conjunto, integrar, intercalar e fazer parte de um contexto. Assim, entendemos que a educação deve promover o desenvolvimento integral da criança e que o processo de aprendizagem é sempre concretizado no aqui e agora das situações, por meio das interações sociais.

Há alguns documentos legais que orientam e direcionam os aspectos pedagógicos nas instituições de Educação Infantil para o período de ingresso das crianças. Os documentos que abordam a temática são: 1) *Diretrizes*

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010); 2) *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006); 3) *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (BRASIL, 2009); 4) *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998); 5) *Orientações para o período de inserção na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis* (FLORIANÓPOLIS, 2011).

Pode-se dizer que o termo inserção se justifica pelo entendimento de que integrar-se num grupo, pressupõe tornar-se parte dele, sendo que a criança não apenas se acomoda, mas integra-se ativamente na sua composição (FLORIANÓPOLIS, 2011). Nas orientações acerca do processo de inserção no município de Florianópolis é definido que “a inserção é um período rico de encontros e exige dos profissionais constante atenção, a fim de poder encorajar e facilitar essa nova e importante experiência vivida pelas crianças e seus familiares” (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 02).

Isto significa ter em vista, que as crianças serão diferentes umas das outras e que precisam ser recebidas na creche de forma acolhedora. É também necessário compreender que este momento precisa ser planejado e oferecer uma organização de espaço e tempo que ofereça segurança, tanto às crianças como às famílias. Ou seja, “as formas de recepcioná-los e atendê-los nos primeiros dias, assim como seus familiares, irão demarcar boa parte da relação que será vivenciada ao longo do ano”. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 01).

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 2010), embora não façam menção direta sobre o período de inserção, sugere um aspecto importante a ser considerado, neste período. As Diretrizes demarcam como positivo “a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização” (BRASIL, 2010, p. 19). É fundamental que as famílias demonstrem e confiem nos profissionais que vão passar a conviver com seus filhos, pois, o ato de confiança quando transmitido à criança pode diminuir o sentimento de insegurança tão comumente presente nelas.

Os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006), assim como as DCNEI (BRASIL, 2010) valorizam a importância da participação e diálogo com as famílias em propostas pedagógicas com foco no período de “adaptação”. Neste documento, o termo adaptação é definido para denominar o ingresso das crianças na instituição de Educação Infantil. Sobre a participação das famílias no período de inserção, os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (2006), sugerem que:

O período de acolhimento inicial (“adaptação”) demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis pelas crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição. (BRASIL, 2006, p. 32).

Percebe-se neste documento a defesa do envolvimento das famílias com a instituição para que ocorra um atendimento de qualidade.

Outro documento que também define o ingresso das crianças na instituição de Educação Infantil, com o termo adaptação, são os *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (2009). Este documento aborda de modo sistemático alguns indicativos que orientam os direitos básicos da criança, sobretudo, no período de adaptação – termo utilizado neste documento.

Assim como nos documentos citados anteriormente, este último (BRASIL, 2009) salienta a importância das famílias, enfatizando: “Nossas crianças têm direito à presença de um de seus familiares na creche durante seu período de adaptação”. (BRASIL, 2009, p. 26).

Os demais indicativos dão ênfase ao direito da criança e à atenção individualizada durante o período de inserção, como é demonstrado: “Nossas crianças têm direito a um cuidado especial com sua alimentação durante o período de adaptação”. (BRASIL, 2009, p. 26).

O *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil* (1998) é um documento que também aborda o período de inserção das crianças na instituição. Aqui, é definido como termo para denominar este processo, o termo

acolhimento. Em uma das seções, há uma seção específica que é intitulada como “Acolhimento das famílias e das crianças na instituição”. Fica evidente no título da seção que não são somente as crianças que ingressam, mas também, as famílias. Com relação às famílias, o documento aponta para a necessidade de ser realizada uma entrevista para:

[...] apresentar informações sobre o atendimento oferecido, os objetivos do trabalho, a concepção de educação adotada. Esta é uma boa oportunidade também para que se conheça alguns hábitos das crianças e para que o professor estabeleça um primeiro contato com as famílias. (BRASIL, 1998, p. 80).

O documento chama a atenção para as reações que cada criança pode ter ao ingressar-se na instituição e sugere que as instituições “devem ter flexibilidade diante dessas singularidades ajudando os pais e as crianças nestes momentos” (BRASIL, 1998, p. 80). Sugere ainda, a importância de a criança ter algum objeto preferido como paninho, chupeta para que possa se sentir tranquila e assim, ter alguma referência de sua casa no novo espaço.

As instituições de Educação Infantil de Florianópolis contam como orientação para o período de inserção das crianças, a partir do documento local, intitulado *Orientações para o período de inserção na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. Fica claro no título do documento a relevância do termo que é utilizado nele, ou seja, a inserção. Este documento orienta de modo sistemático para as questões de organização dos horários, da instituição e das famílias, durante o período de inserção.

Assim como nos documentos anteriores, neste documento é enfatizado sobre a importância da participação das famílias durante este período, destacando que:

Em relação às famílias, é importante conhecerem o trabalho desenvolvido na instituição, percebendo as especificidades que existem nesse espaço de educação e convívio coletivos. Isso contribui para deixá-las mais tranquilas e confiantes diante da separação da criança. A permanência delas na instituição nos primeiros dias, além de contribuir para melhor inserção da criança, pode ser um bom momento para conhecerem mais sobre as rotinas, as ações e os projetos. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 03).

Em se tratando da organização da instituição, o documento orienta para que a mesma permita “que a criança traga para a instituição objetos de casa,

tais como brinquedos, fotos, paninhos, chupetas, pois representam relações de afeto e familiaridade a ela” (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 04). Com relação às crianças de zero a três anos, o documento aponta para as particularidades de cada criança e indica períodos de atendimento diferenciados para àquelas que já frequentam a instituição. Para as que não frequentam, o documento especifica que:

[...] deve ser organizado, em acordo com as famílias, dois grupos com atendimento em diferentes horários no primeiro dia de frequência da criança. Nos grupos com atendimento integral, uma parte pode ser atendida durante o período matutino e a outra durante o vespertino. Nos grupos com atendimento parcial, pode ser feito o atendimento em dois horários ao mesmo turno. Para as que ficarem bem, o atendimento deve ser normal (considerando o período que estão matriculadas); já no segundo dia e para as que ainda manifestam desconforto, o tempo de permanência na instituição deve ser gradativamente ampliado. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 03).

É importante destacar que este percurso, em busca do que apontam os documentos orientadores, permitiu compreender como pode ser abordada a questão da orientação para as ações pedagógicas nas instituições de educação infantil, durante o período de inserção. Constatou-se que alguns documentos denominam o período de inserção, outros como adaptação e, ainda, como acolhimento.

Todos os documentos enfatizaram sobre a importância da participação das famílias durante esse período, como potencializador das relações que serão construídas ao longo do tempo. A atenção a estes aspectos pode possibilitar às crianças, a segurança e confiança nos novos adultos que vão passar a educá-las no novo espaço coletivo e institucionalizado, com características diferentes do ambiente familiar.

5 BALANÇO DA PRODUÇÃO ENTRE 2005 E 2015: APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA

Dentre as 18 pesquisas encontradas nas plataformas BDTD e ANPED, sete pesquisas foram localizadas na BDTD e 11 na ANPED. Ressalto que (7) sete das pesquisas mapeadas, apresentam como foco a participação das famílias durante o processo de inserção dos bebês na creche. Sendo estas as pesquisas de Bhering e Sarkis (2007), Casanova (2011), Reis (2013), Fernandes (2014), Jacques (2014), Souza (2014) e Almeida (2013).

As pesquisas de Martins Filho (2006), Campos e Campos (2006), Corsino e Santos (2007), Araújo (2009), Leite (2010), Martins (2011), Maynard e Haddad (2012), Nazario (2015), Araújo (2006), Fortkamp (2008) e Pereira (2013), embora apareceram durante o mapeamento nas plataformas da BDTD e ANPED, as mesmas não apresentam foco na participação das famílias, no processo de inserção, mas sim, em outros contextos.

Martins Filho (2006) apresenta em seu artigo, resultados de uma pesquisa com orientação etnográfica realizada no curso de mestrado numa instituição de atendimento à infância de zero a seis anos, de uma rede pública municipal de ensino. O estudo apresentou como objetivo principal: descrever, analisar e interpretar as dinâmicas das relações que adultos e crianças (neste caso adultos profissionais da instituição), estabelecem entre si nos espaços/tempos em que convivem no interior das instituições de Educação Infantil.

Campos e Campos (2006) apresentam uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida, abordando, de forma mais específica, as concepções que orientam os livretos de instruções destinados à educação das famílias no cuidado de seus filhos. As autoras partem do pressuposto que este Programa, sustentado em um conjunto de recomendações para a promoção do desenvolvimento das crianças, pretende de fato, administrar e disciplinar as práticas de socialização das famílias pobres. Seria uma forma de transformar as famílias em espaços pedagogicamente orientados.

Corsino e Santos (2007), vão apresentar a análise dos resultados de uma pesquisa interinstitucional realizada em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e com turmas de Educação Infantil, localizadas em uma capital brasileira. O objetivo da pesquisa foi identificar, conhecer e compreender as ações, relações e interações de adultos e crianças, no interior das instituições. As questões privilegiadas no estudo se relacionam à constituição das identidades, à circulação de conceitos e preconceitos e modos de perceber o outro – diversidade – e às relações de autoridade, isto é, a distribuição de poder entre crianças e adultos.

Araújo (2009), vai apresentar em seu artigo, uma entrevista com as famílias, em que analisa os sentidos e significados de infância, atribuídos por educadoras e familiares de crianças de uma creche filantrópica de Goiânia.

Leite (2010) apresenta a ideia defendida por técnicos, tanto no âmbito da saúde como da educação, de que as famílias pobres eram incapazes de educar as crianças pequenas. E que isto poderia ter impulsionado a expansão da creche no Brasil.

Martins (2011) apresenta o recorte de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi desvelar as expectativas das famílias com crianças de zero a quatro anos, de uma localidade rural, em relação aos serviços de educação pública.

Maynard e Haddad (2012) vão discutir sobre as relações de parentesco em situações de brincadeira com parceiros de mesma idade. Tendo o brincar como um espaço privilegiado para a observação. Os dados apresentados revelam de que forma estes papéis sociais familiares, as relações de parentesco, os papéis hierárquicos que envolvem as relações de poder e de gênero, são trazidos pelas crianças para a brincadeira, na busca pela compreensão de si e do outro. Através da observação de situações de brincadeira livre, de crianças de cinco anos dentro do espaço institucional da educação infantil estruturado para o brincar, foram analisados episódios de faz de conta de brincadeira de casinha. Os dados indicam que a criança traz para a brincadeira as relações familiares como forma de compreender os papéis que fazem parte da sua cultura e do seu meio social.

O artigo de Nazario (2015) consiste em um recorte de uma pesquisa que analisou como crianças de 0 a 6 anos experienciam suas infâncias no contexto de um programa de acolhimento institucional. Embora a autora dê grande ênfase à voz e à participação das crianças, a pesquisa não está relacionada ao inserimento das crianças em creches, promovido pelas famílias.

Araújo (2006) direcionou sua tese aos sentidos e significados de infância, família e creche atribuídos por educadoras e familiares de crianças atendidas por uma creche filantrópica da região sul de Goiânia. O principal objeto articulador desta investigação, foi a família, compreendida como meio e como grupo social, constituído por sujeitos, que assumem determinados papéis, vivenciam complexas trocas afetivas, constroem e reconstroem sua compreensão de mundo e de si mesmas. O grupo social familiar influencia mutuamente, na medida em que se articulam para a satisfação das necessidades individuais e do grupo. Sua inserção, por meio da criança, no ambiente educativo da creche, provoca no grupo social, a construção de sentidos e significados permeados por conflitos e tensões.

Fortkamp (2008) analisa em sua dissertação como acontece a complementaridade na relação entre creche e família, por meio de estudo de caso, em uma creche de uma comunidade da periferia da cidade de Florianópolis. Nas análises realizadas pela autora, é revelado que a complementaridade da educação infantil, na perspectiva da família, é sugerida como espaço de solução para os problemas sociais familiares. A autora compreende isto como "função impossível" para a creche. Ainda, no processo de apreensão da realidade, foi percebido conflitos na compreensão dessa complementaridade, tanto do ponto de vista das políticas para a educação infantil quanto da perspectiva dos profissionais da creche. A pesquisa aponta para o desenvolvimento de políticas públicas integradas (emprego, saúde, habitação, educação, etc.) que auxiliem na autonomia das famílias, a fim de lhes possibilitar uma vida digna.

Pereira (2013) realizou sua dissertação em Porto Alegre, com o objetivo de investigar as possíveis relações dos fatores individuais e ambientais familiares com o desenvolvimento motor e cognitivo de bebês, ao longo de

quatro meses de vida. Pereira (2013) constatou, a partir dos resultados da pesquisa, que o ambiente doméstico familiar tem grande potencial de influenciar o desenvolvimento infantil, sendo que diferentes fatores tem maior ou menor influência ao longo do tempo.

Embora estas 11 (onze) pesquisas apareceram a partir dos descritores inseridos no campo de pesquisa, nenhuma delas aborda a temática da participação das famílias no processo de inserção das crianças de zero a três anos na instituição de Educação Infantil.

5.1 A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS: O QUE REVELA A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA?

Bhering e Sarkis (2007) vão abordar, no artigo, o processo de transição dos bebês de casa para o ambiente escolar. Abordam ainda, como é a participação das famílias durante esse movimento delicado para todas as partes envolvidas. Este processo gera uma mistura de sentimentos de apego e separação do bebê-família. A pesquisa de Bhering e Sarkis (2007) teve como objetivo principal investigar a visão sobre Educação Infantil e os sentimentos vividos pelos pais no período de inserção de seus filhos na creche. As autoras realizaram um questionário com perguntas abertas versando sobre os sentimentos vivenciados por eles.

As autoras consideram importante que se construa uma parceria entre a família e a instituição, para que juntas possam realizar essa transição, pois o que se busca através do processo de inserção é lidar com possíveis sofrimentos. Além de tornar o novo ambiente o mais familiar possível para todos, possibilitando um processo tranquilo. Ainda, a construção dessa parceria tem como base a confiança e o respeito mútuo, possibilitando trocas de informações, sobretudo, no que diz respeito ao interesse das crianças. As autoras chamam a atenção para a participação conjunta das famílias com as profissionais nas atividades, a família e a escola podem criar um ambiente de apoio para o desenvolvimento infantil. A prática de uma comunicação aberta, a

tomada de decisões construída com os pais e o planejamento de ações que possam apoiar cada criança, são estratégias que colaboram para uma educação de qualidade.

Para as autoras o período da entrada da criança em uma creche é um momento crítico para todos os envolvidos. No que se refere à relação mãe-bebê, há a passagem de um ambiente doméstico e íntimo, para o coletivo, com ampliação de hábitos e relações sociais. Trata-se na realidade da primeira transição, de casa para o ambiente escolar com todas as repercussões de um grande evento na vida dos indivíduos. Os pais costumam experimentar sentimentos de alegria, pelo fato de poderem retornar para a vida profissional, porém, vivem o sentimento de culpa, medo e insegurança, por outros adultos estarem fazendo o que eles gostariam de fazer. A ideia que os pais têm é que cabem a eles a educação e os cuidados de seus filhos.

A pesquisa de Casanova (2011) não vai tratar diretamente da participação das famílias no processo de inserção das crianças na creche, mas, foi realizada com famílias de crianças que frequentam o berçário. Desta forma, entende-se que são crianças que tem idade entre zero a três anos, e que estão ainda no processo de inserção na instituição.

Casanova (2011) vai tratar de uma pesquisa realizada na casa de 11 famílias, tendo como objetivo escutar as famílias de crianças de berçários que frequentam a creche em período integral. Buscou compreender o sentido atribuído por elas às atividades realizadas nas creches. A autora constatou, ao ouvir as famílias, que a creche é um lugar para deixar as crianças enquanto as mães estão no trabalho. Esta característica é reforçada nos momentos de entrada e saída das crianças, em que algumas mães conversam com as professoras e são informadas se a criança comeu, dormiu e se passou bem o dia. As famílias observam que sua criança brinca, canta, ouve histórias, faz “trabalhinhos” nesse espaço, mas definem tais atividades como distração. Porém, as mães também reconhecem a creche como um lugar para aprender, entretanto, essa constatação se faz na relação com a própria criança e não por intermédio dos profissionais da creche.

Reis (2013) busca entender como um grupo de crianças de dois anos vivenciou sua entrada/inserção em uma instituição de Educação Infantil. Ainda, relata que a entrada das crianças na instituição é um processo intenso e delicado, constatando indicativos sobre os modos como as crianças lidam com essa situação.

Em relação às famílias, a autora faz uma única menção sobre a participação delas na instituição, quando critica para não se pensar as crianças a partir das necessidades da família, ou a partir das necessidades das mulheres. Defende a autora, que se pense a infância a partir das necessidades e características da própria criança e sua infância.

Fernandes (2014) realizou em sua dissertação uma pesquisa com duas mães de classe média de Brasília/Distrito Federal, cujos bebês foram inseridos na creche durante o primeiro ano de vida. O objetivo desta dissertação de mestrado é descrever e interpretar narrativas de mães acerca dos processos de transição de seus bebês no contexto familiar à creche. Tratando família e creche como instituições sociais, este trabalho propõe uma discussão teórica sobre o conceito de transição para abranger esse processo que ocorre do espaço doméstico para a instituição educativa.

Jacques (2014) apresentou em sua dissertação, uma análise sobre o processo de inserção dos bebês na creche, bem como, buscou conhecer as relações estabelecidas entre um bebê e sua família que ingressam na creche em um grupo já constituído. Analisa o modo como o bebê recém-chegado, o grupo que o acolhe e os profissionais reagem à nova situação, bem como as questões relativas ao planejamento docente deste período.

A autora chama a atenção para que as profissionais da instituição que recebem a criança devem ter o conhecimento social do bairro e das famílias e a condição da família que se insere na creche. Ao conhecer o contexto social pode facilitar a compreensão e o entendimento de algumas ações e formas de pensar da família, acerca das relações na creche. É destacado que a presença de um familiar na creche, ainda é percebida, por muitos profissionais, como uma ameaça, por desconhecerem o trabalho pedagógico realizado. A visão das famílias sobre as ações educativas não são bem percebidas, pois ambas se desconhecem. Do outro lado dos envolvidos, as famílias, que vivem o conflito

de ter que deixar, por muitas horas do dia, suas crianças aos cuidados de outras pessoas com quem pouco se relacionam, muitas vezes.

A autora verificou a evidente necessidade de abertura e diálogo, por parte da creche, de modo a possibilitar a participação das famílias no compartilhamento de dificuldades, sucessos e inseguranças. Familiares e professoras são, indiscutivelmente, os atores mediadores do desenvolvimento da criança que frequenta a creche, por isso, a necessidade de uma boa comunicação e relação entre si. Jacques (2014) conclui sua pesquisa ao dizer que a presença da família no processo de inserção foi considerada fundamental e imprescindível. Assim, ao analisar as relações entre a creche e a família, percebeu que essa relação deve se dar na perspectiva do compartilhamento porque ambas as instituições afetam-se mutuamente.

Souza (2014), tratou em sua dissertação, a abordagem de referenciais psicanalíticos para entender o significado da inserção dos bebês na vida escolar. Tenta compreender o que marca a separação em relação às figuras parentais e a chegada ao ambiente público, a partir dos envolvidos (famílias, crianças, profissionais, instituição). No entanto, a problemática levantada na pesquisa não aprofunda aspectos relacionados à família e não menciona a participação delas no processo de inserção das crianças.

Almeida (2013) teve como objetivo em sua tese, investigar o processo de construção da relação creche-família, em um período de três anos, através de oito aspectos desta relação. São eles: (1) expectativas e opiniões das famílias sobre a creche e vice-versa; (2) os motivos para o diálogo, (3) estratégias utilizadas, (4) dificuldades no diálogo, (5) negociações sobre o cuidado e educação à criança, (6) a inserção à creche, (7) a opinião de famílias sobre o desenvolvimento da criança, e (8) a creche como parte de uma rede de apoio.

No item (7), que versa especificamente acerca da inserção da criança à creche, a autora apresenta uma análise entre o momento de entrada e saída das famílias e crianças na instituição. Dessa forma, Almeida (2013) defende que a inserção representa um processo que objetiva fazer com que a criança e as famílias se apropriem e sejam acolhidas nesse espaço.

As profissionais e as famílias foram convidadas a preencherem uma “Ficha de acompanhamento e observação do período de inserção”. Ao fazer a análise dessas fichas preenchidas pelas famílias. A autora constatou que as famílias demonstraram estar preocupadas com os aspectos dos cuidados primários, como a alimentação e o sono, e também com o relacionamento da criança com outras crianças e novos adultos.

Na análise das fichas preenchidas pelas profissionais da instituição, Almeida (2013) percebeu que as profissionais veem o processo de inserção como uma estratégia de aproximar as famílias da creche. Além de possibilitar conhecer as particularidades, crenças e valores de cada família. Por outro lado, as famílias podem conhecer o trabalho dos educadores, como as atividades, planejamento, rotina e práticas de cuidado direcionado às crianças. Isso faz com que favoreça a construção de laços de amizade entre profissionais e famílias tornando o momento de partilha de angústias e informações. Algumas profissionais destacaram um ponto negativo da participação das famílias nesse processo, algumas consideram o processo bastante demorado e que a permanência das famílias com as crianças significa algo que atrapalha a dinâmica do próprio trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das reflexões aqui construídas, fica evidente a importância da apropriação de conceitos e estudos dos indicativos que os documentos oficiais apresentam como orientação para os profissionais da Educação Infantil.

Na primeira seção discuti a importância de refletirmos sobre o conceito de participação. A efetiva participação dos familiares e crianças possibilita a ação democrática da instituição em relação ao processo de inserção e aos demais momentos que serão constituídos no decorrer do ano. Estabelecer um diálogo constante com as famílias pode ser caminho para que juntas, possam realizar um momento sereno para a inserção das crianças.

Através do estudo dos documentos nacionais e local do município de Florianópolis, abordei na segunda seção os termos utilizados para denominar o ingresso das crianças na instituição. Ficou claro pra mim, que o termo que considero mais pertinente para denominar este processo, é o termo inserção. Isto por entender que as crianças estão se inserindo e influenciando a constituição do novo espaço e não adaptando-se a um conjunto que já está formado.

Dos cinco documentos oficiais analisados, dois denominam o ingresso da criança na instituição como adaptação, são eles: os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* e os *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Isto significa que o termo adaptação é predominante dentre os documentos analisados. Em relação ao período de inserção, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* não preveem nenhum indicativo para este período, entretanto, apresenta sobre a importância da participação e diálogo com famílias no cotidiano, o que significa levar em conta o estabelecimento de uma relação saudável durante o período de inserção. O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* considera o termo acolhimento como o mais pertinente, e o documento local do município de Florianópolis é o único que considera o termo inserção e o trata com mais profundidade.

A pesquisa aqui apresentada teve como principal objetivo investigar em dissertações e teses a abordagem sobre a participação das famílias no processo de inserção dos bebês e crianças bem pequenas na instituição de Educação Infantil. Das análises realizadas, constatei durante o mapeamento realizado na BDTD, o grande número de pesquisas que apareceram a partir dos descritores inseridos no campo de pesquisa que faziam menção às famílias. No entanto, poucas eram voltadas à temática abordada – a participação das famílias no processo de inserção das crianças de zero a três anos na instituição de Educação Infantil. O mesmo ocorreu no mapeamento de pesquisas na ANPED, poucas pesquisas eram relacionadas à temática abordada neste trabalho.

As pesquisas estudadas neste trabalho, trouxeram um despertar maior para o cuidado e atenção ao estar vivenciando este processo de inserção das crianças na instituição de Educação Infantil. Este momento envolve sentimentos como a insegurança e confiança das famílias e das crianças em relação ao espaço e às pessoas que estão conhecendo. Isto, de certa forma, irá demarcar a relação que será vivenciada ao longo do ano.

Considero que há muitos desafios a serem enfrentados durante o período de inserção das crianças, que demandam, sobretudo, uma preocupação da instituição que passa a receber as crianças e as famílias. Às crianças, sujeitos históricos e sociais, devem ser garantidos seus direitos, principalmente de ter oferta gratuita e de qualidade na Educação Infantil. E ainda, que possam vivenciar plenamente o seu tempo na nova instituição a que farão parte. Que possam ser respeitadas e reconhecidas nos seus diferentes contextos e nas suas histórias de vida, nas suas individualidades e nas suas condições sociais, culturais e históricas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia Adair. **Caminhos para a participação das crianças na educação infantil**. Florianópolis, 2014.

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** São Paulo, 2013.

BRASIL. MEC/SEF/COEDI. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 5, de 17/12/2009, Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Volume 2. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Volume 1. Brasília: MEC, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações para o período de inserção das crianças na Educação Infantil** da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis para o ano de 2016. *Inserção: mais que chegar, acolher!*

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

ROSA, Emily. **O planejamento democrático e participativo construído com crianças de 0 a 3 anos**. São Paulo, 2015.

SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rio Grande do Sul, 2009.

SIMOES¹, Gabriel Lima. SIMOES², Janaina Machado. **Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015.